



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2008

Brasília/DF

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO	3
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	4
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS: PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	4
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	7
2.3. PROGRAMAS	10
2.3.1. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO	10
2.3.2. PROGRAMA 1470 – DRAGAGEM PARA ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS	14
2.3.3. PROGRAMA 0909 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	17
2.3.4. PROGRAMA 1457 – VETOR LOGÍSTICO CENTRO	25
2.3.5. PROGRAMA 1459 – VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	26
2.3.5. PROGRAMA 1462 – VETOR LOGÍSTICO SUL	28
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	31
2.4.1 EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS	36
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	36
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36
5. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	36
6. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	36
7. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIA (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO	37
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	41
9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA	41
10. OPERAÇÃO DE FUNDOS	41
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO	41
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	41
13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	41
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	43

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO	43
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	43
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	43
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	43

1. IDENTIFICAÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

NOME COMPLETO DA UNIDADE E SIGLA	Secretaria Especial de Portos – SEP	
CNPJ	08.855.874/0001-32	
NATUREZA JURÍDICA	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE	Centro Empresarial Varig – SCN Quadra 04 – Péta C, sala 1403, Mezanino – Brasília/DF	
ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET	www.portosdobrasil.gov.br	
NORMATIVOS DE CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, REGIMENTO INTERNO OU ESTATUTO DA UNIDADE D QUE TRATA O RELATÓRIO DE GESTÃO E RESPECTIVA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO:	Lei n.º 11.518/2007 de 5 de setembro de 2007, publicada em DOU de 06/09/2007; e Decreto n.º 6.116/2007 de 22 de maio de 2007 e publicada em 23/05/2007	
CÓDIGO DA UJ TITULAR DO RELATÓRIO		
CÓDIGOS DAS UJ ABRANGIDAS	Não consolida outras unidades	
SITUAÇÃO DA UNIDADE QUANTO AO FUNCIONAMENTO	Em funcionamento	
FUNÇÃO DO GOVERNO PREDOMINANTE	Transporte	
TIPO DE ATIVIDADE		
UNIDADES GESTORAS UTILIZADAS NO SIAFI	NOME	CÓDIGO
	Secretaria Especial de Portos/PR	110309
	Secretaria Especial de Portos - Obras	110323

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR) possui as atribuições e competências, dentre outras, de formulação de políticas públicas, de estabelecer as diretrizes para o fomento do setor portuário, da execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura dos portos marítimos, com os recursos de investimentos orçamentários do Orçamento Geral da União (OGU), predominantemente integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Compete à SEP/PR a participação no planejamento estratégico e a aprovação dos planos de outorgas, tudo isso visando à segurança e eficiência dos transportes aquaviário e marítimo de cargas e de passageiros no país.

Dos 34 portos públicos marítimos sob gestão da SEP, 16 encontram-se delegados, concedidos ou têm sua operação autorizada aos governos estaduais e municipais. Os outros 18 portos marítimos são administrados diretamente pelas Companhias Docas, sociedades de economia mista, que têm como acionista majoritário o Governo Federal e, portanto, estão vinculadas à Secretaria Especial de Portos.

Existem ainda terminais de uso privativo e complexos portuários que operam sob concessão à iniciativa privada.

A Secretaria vem implementando melhorias à infraestrutura e à superestrutura portuária marítima. Tais ações fazem parte da política de melhoramento do desempenho das exportações e importações brasileiras que estiveram fortemente aceleradas em 2008, e que começam a ter fluxos facilitados com as perspectivas de solução dos problemas relacionados na infraestrutura de logística de transporte, em especial ao que se refere aos acessos terrestres e aquaviários dos portos.

No bojo de um dos principais programas de governo, o PAC, a SEP/PR vem gerenciando e executando, em 2007 e 2008, o segmento de obras e intervenções portuárias, por meio de execução direta, das Companhias Docas ou da formalização de convênios para os portos delegados.

Assim, para o cumprimento de suas atribuições legais e atendimento às necessidades dos portos marítimos brasileiros, a SEP/PR está desenvolvendo uma clara e objetiva política portuária e um plano estratégico de desenvolvimento dos portos brasileiros com planejamento de curto, médio e longos prazos, visando minimizar os problemas de quase duas décadas de ausência de uma política clara para o setor.

Uma das metas é aperfeiçoar a normatização e a consolidação dos marcos regulatórios no setor portuário. Considerando que a Lei nº. 8630/93, conhecida como a lei dos Portos, ainda apresenta conceitos e diretrizes a serem regulamentados, necessários à convivência harmônica dos investimentos públicos e privados.

Abaixo se tem uma menção mais detalhada dos principais programas e ações de governo que vêm sendo desenvolvidas na SEP. A meta relativa à melhoria de infra-estrutura portuária determinou as seguintes intervenções:

I - Ações emergenciais

Em razão das enchentes do rio Itajaí-Açu, no estado Santa Catarina, além da dragagem emergencial, a SEP/PR promoveu a contratação de três consórcios para a recuperação de dois berços e da retroárea do porto de Itajaí, cujo investimento está estimado em R\$ 205 milhões.

II - PAC

As principais ações do PAC desenvolvidas pela SEP/PR foram:

1. Programa Nacional de Dragagem Portuária – PND: o PND integra o PAC/Portos e é composto por um conjunto de intervenções visando ao aprofundamento, alargamento e derrocagem dos canais de acesso dos principais portos públicos do país. A melhoria desses acessos é entendida como o principal indutor da redução dos custos da atividade portuária brasileira, uma vez que propiciará o aumento do fluxo de navios, a redução dos tempos de espera para atracação e a utilização de navios maiores nas rotas brasileiras. Até o momento, estão definidos R\$ 1,420 bilhões que serão aplicados em serviços nos portos de Recife (PE), Suape (PE), Rio Grande (RS), Santos (SP), Aratu (BA), Salvador (BA), Itaguaí-2ª fase(RJ), Rio de Janeiro (RJ), Angra dos Reis (RJ), Paranaguá (PR), Fortaleza (CE), Natal (RN), São Francisco do Sul (SC), Itajaí (SC), Imbituba (SC), Cabedelo (PB); Vitória (ES), além dos serviços de dragagem já contratados nos portos de Itaqui (MA), no valor de R\$ 49,5 milhões, e Itaguaí-1ª fase(RJ), no valor de R\$ 64 milhões, todas no âmbito do PAC; e
2. Obras de execução e de prolongamento dos molhes do porto de Rio Grande (RS), com recursos da ordem de R\$ 445,4 milhões, que disciplinará o regime hídrico do canal de acesso ao porto e viabilizará, assim, a atracação de navios de última geração. As obras estão sendo realizadas em ritmo normal, com mais de 70% de execução, e sua conclusão está prevista para dezembro deste ano. O porto de Rio Grande, em razão da sua localização, profundidade e características técnicas, é estratégico para o intercâmbio comercial do Hemisfério Norte com o MERCOSUL. Além dessa a SEP/PR proporcionou:
 - a) Obras de ampliação do píer principal, com a construção de dois berços, da rampa “*roll on roll off*”, e a construção do Píer 400 no porto de Vila do Conde (PA);
 - b) Obra da construção do berço 100 em Itaqui (MA);

- c) Obra da construção de parte do acesso rodoferroviário do porto de Suape (PE);
- d) Obra da construção do cais de contêineres de Maceió (AL);
- e) Ampliação e Adequação do Terminal Salineiro de Areia Branca, incluindo a ampliação da plataforma de armazenamento e do cais de barcas, aumento da capacidade do sistema transportador e instalação de descarregador de barcas;
- f) Construção de Terminal de Uso Múltiplo em Vila do Conde (PA), composto por 2 píeres, 2 cais para barcas e ponte de acesso, denominado "Projeto Siderúrgico do Pará";
- g) Construção do Berço 108 do Porto de Itaqui;
- h) Implantação da Avenida Perimetral do Porto de Santos (SP) - Margem Esquerda;
- i) Construção do Berço 401-a do porto de São Francisco do Sul (SC), incluindo Melhorias e Expansão do Porto de São Francisco Sul;
- j) Estudos para elaboração do plano de desenvolvimento de infraestrutura de Acessos Terrestres ao Porto de Santos (SP);
- k) Implantação da Avenida Perimetral do Porto de Santos (SP) - Margem Direita. Obra essa de grande importância e com o objetivo de ordenar e melhorar o tráfego de mais de 3.500 caminhões/dia, reduzindo-se, assim, o desperdício de tempo e movimentos de carga e descarga, com redução final de custos operacionais para operadores portuários, exportadores e importadores. Os investimentos estão orçados em R\$ 105 milhões, e as obras já apresentam 51% de execução física;
- l) Obras de Contenção do Cais do Porto de Vitória (ES), incluindo recuperação, alargamento e ampliação do cais comercial do porto;
- m) Obra da construção do berço 108 em Itaqui (MA).

III – Outras Obras

A SEP/PR desenvolveu, ainda, diversas ações com recursos ordinários do Orçamento Geral da União, aplicando R\$ 372,7 milhões nos últimos dois anos, entre as quais destacam-se as obras nos portos de Imbituba (SC) e Maceió (AL).

IV) Outras Ações

Foram desenvolvidas ações voltadas à segurança portuária, instalação de defensas e de sinalizações, obras e serviços de manutenção e apoio técnico em 19 portos brasileiros, tais como:

- a) Sistema de segurança em diversos portos;

- b) Estudos e Projetos para a Racionalização de Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente, no Estado do Espírito Santo;
- c) Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Vitória (ES);
- d) Implantação de Sistema de Defensas no Porto de Fortaleza (CE);
- e) Recuperação do Acesso Rodoferroviário no Porto do Rio de Janeiro (RJ);
- f) Ampliação da Rede Elétrica no Porto do Rio de Janeiro (RJ);
- g) Instalação de Portainer no Porto de Salvador (BA); e
- h) Obras de Recuperação e Reforço de Infra-Estrutura no Porto de Ilhéus (BA).

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A SEP está desenvolvendo as políticas públicas para o setor portuário. Sob o ponto de vista estratégico, iniciou-se procedimentos licitatórios para contratação de consultoria especializada, facultada a participação de empresas estrangeiras, para elaboração de um Planejamento Nacional Estratégico (PNE), com projeções para 5, 10 e 30 anos.

Em caráter complementar ao planejamento estratégico, a Portaria nº. 214, de 11.09.2008, da SEP/PR, implantou nas companhias docas a “Gestão Portuária Por Resultados - GPPR”, por meio da elaboração e acompanhamento de um conjunto de “Indicadores de Avaliação de Desempenho”, assim como determinou a contratação, em cada uma das companhias, de serviços especializados para elaboração de um plano de reorganização estratégica e avaliação de desempenho, visando à expansão dos serviços em bases auto sustentáveis de longo prazo, com postura empreendedora, ética e transparente, voltado à prestação de serviços portuários adequados, buscando redução de custos para o sistema logístico e padrões ótimos de eficiência e eficácia.

Está em elaboração de um projeto para a gestão portuária integrada denominado PORTO SEM PAPEL, constituído de um estudo de viabilidade, desenvolvimento e implementação de uma JANELA ÚNICA PORTUÁRIA, que objetiva integrar os órgãos fiscalizadores e reduzir os impactos dos “gargalos” e “paralisações” nas atividades portuárias. Solução que busca a racionalização e a padronização de procedimentos, tendo por efeito positivo a otimização dos processos da cadeia logística nas operações de comércio exterior e cabotagem. Os principais resultados serão a redução do tempo total entre a contratação da exportação/importação e sua efetiva realização, a redução dos custos decorrentes, além de facilitar um permanente acompanhamento estatístico das informações portuárias, sem prejuízo dos controles governamentais com vistas à defesa dos interesses nacionais.

O projeto PORTO SEM PAPEL incluirá a RECEITA FEDERAL, POLÍCIA FEDERAL, ANVISA, VIGIAGRO e MARINHA DO BRASIL, entre outros órgãos intervenientes no processo portuário brasileiro, bem como às inúmeras instituições, associações, confederações, federações e empresas privadas envolvidas no processo portuário brasileiro.

Outra estratégica importante é viabilizar o aprofundamento e alargamento das vias de acesso aquaviário que possibilitará o aumento da atratividade dos portos brasileiros e, assim, maior frequência de navios em linhas regulares de transporte marítimo para destinos de interesse do país; a redução de fretes marítimos a serem obtidos com a redução dos custos diários de oferta de *slots* ou células de transporte de contêineres nos navios, uma vez que o custo médio por célula é 30,90% menor quando se utiliza o navio de maior porte; a redução no custo de operação do navio por unidade movimentada em decorrência da redução do tempo de atendimento, permitindo obtenção de produtividade correspondente a quase o dobro daquela obtida com a embarcação de menor porte, o que gera uma economia de escala da ordem de US\$ 15,42 por unidade movimentada e um impacto direto de redução no custo da operação; e a geração de emprego da ordem de 320 mil vagas em consequência das ampliações de instalações portuárias que serão demandadas para atender ao novo volume de movimentação.

Em busca de financiamento externo, a SEP estabeleceu diretrizes para a captação de recursos no exterior, em organismos internacionais e em convenções, acordos e Tratados referentes às atribuições da própria Secretaria. Como resultados foram firmados acordos de cooperação com portos estrangeiros, BID e a USTDA. Por exemplo, a participação do Ministro dos Portos em encontros e palestras na Holanda e Dinamarca, inclusive no Porto de Rotterdam. Também a realização de visitas técnicas estendendo aos terminais e nos Portos de Frederica e Odense na Dinamarca, além de reuniões com a APM Terminals, com os Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes e da Economia da Dinamarca, além de encontros organizados com empresários pela Embaixada Brasileira em Copenhague.

Entre as estratégias adotou-se também:

- o estímulo a novos programas de revitalização de áreas portuárias;
- a ampliação da participação dos Conselhos da Autoridade Portuária – CAP na gestão dos principais portos do país, com a substituição dos representantes do Governo Federal, outrora servidores públicos federais, por lideranças técnicas locais, com evidentes ganhos e envolvimento no encaminhamento de soluções para os problemas específicos do porto;
- a profissionalização da gestão das Companhias Docas;
- a fixação da meta quanto ao saneamento financeiro das companhias docas, num esforço no equacionamento dos passivos trabalhistas e dos pagamentos de dívidas vencidas, inclusive para com o sistema de previdência complementar dos portuários (Portus), além da cobrança efetiva de créditos a receber;

- a implantação de centros de aperfeiçoamento de mão-de-obra que visam requalificar o trabalhador portuário.

A evolução dos Marcos Regulatórios do setor portuário é marcada pelos seguintes fatos:

- a Medida Provisória nº. 393, de 19.09.2007, convertida na Lei nº. 11.610, de 12.12.2007, que instituiu o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, implantou o conceito de “dragagem por resultado” e permitiu a participação de empresas estrangeiras nos processos de contratação dos serviços de dragagem.
- a Medida Provisória nº. 412, de 31.12.2007, convertida na Lei nº. 11.726, que prorrogou, até 2010, o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). Com isso, as vendas de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens permaneceram isentos do IPI, da contribuição para o PIS/Pasep, da contribuição para o COFINS e do Imposto de Importação. O dispositivo se aplica a compras no mercado nacional ou internacional diretamente pelos beneficiários do Reporto e destinados à utilização exclusiva em portos na execução de serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias, na execução dos serviços de dragagem e na execução do treinamento e formação de trabalhadores.
- o Decreto nº. 6.413, de 25.03.2008, que excluiu do Programa Nacional de Desestatização as companhias docas controladas pela União.
- o Decreto nº. 6.620, de 29.10.2008, que dispôs sobre políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais portuários de competência da SEP/PR, trouxeram definições mais precisas sobre conceitos explicitados na Lei nº. 8.630/93, e disciplinou, com base na legislação vigente, a concessão de portos, o arrendamento e a autorização de instalações portuárias marítimas.

2.3. PROGRAMAS

2.3.1. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

TIPO DE PROGRAMA	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
OBJETIVO GERAL	Programa de Apoio Administrativo
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
GERENTE DO PROGRAMA	-
GERENTE EXECUTIVO	-
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	-
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Este programa não possui indicadores
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Governo Federal

2.3.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

AÇÃO 09HB - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
DESCRIÇÃO	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
UNIDADES RESPONSÁVEIS PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Não possui coordenador vinculado
UNIDADES EXECUTORAS	-
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gabinete do Secretário
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gerenciar os assuntos de desenvolvimento organizacional e de administração geral da Secretaria Especial, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	1.010,00	0,00	0
FÍSICA			

AÇÃO 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
DESCRIÇÃO	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Não possui coordenador vinculado
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Todas áreas da Secretaria Especial de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gerenciar os assuntos de desenvolvimento organizacional e de administração geral da Secretaria Especial, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	19.060.913,00	4.345.539,02	23
FÍSICA			

AÇÃO 2004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
DESCRIÇÃO	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Não possui coordenador vinculado
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gabinete do Secretário
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gerenciar os assuntos de desenvolvimento organizacional e de administração geral da Secretaria Especial, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	130.032,00	0,00	0
FÍSICA			

AÇÃO 2010 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
DESCRIÇÃO	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Não possui coordenador vinculado
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gabinete do Secretário
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gerenciar os assuntos de desenvolvimento organizacional e de administração geral da Secretaria Especial, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	41.040,00	0,00	0
FÍSICA			

AÇÃO 2011 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
DESCRIÇÃO	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Não possui coordenador vinculado
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gabinete do Secretário
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gerenciar os assuntos de desenvolvimento organizacional e de administração geral da Secretaria Especial, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	84.480,00	0,00	0
FÍSICA			

AÇÃO 2012 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
DESCRIÇÃO	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Não possui coordenador vinculado
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gabinete do Secretário
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gerenciar os assuntos de desenvolvimento organizacional e de administração geral da Secretaria Especial, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	218.803,00	0,00	0
FÍSICA			

2.3.2. PROGRAMA 1470 – GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA

TIPO DE PROGRAMA	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
OBJETIVO GERAL	Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional, aumentando a capacidade de movimentação de cargas nos portos.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Coordenar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de infra-estrutura portuária marítima e dos portos outorgados às Cias Docas
GERENTE DO PROGRAMA	Lílian Santos Gomes
GERENTE EXECUTIVO	Gabifran Coelho de Souza Fernandes
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	Gabinete do Secretário
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Este programa não possui indicadores
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Governo Federal

2.3.2.1 PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

AÇÃO 114G DRAGAGEM PARA ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS

TIPO	Projeto
FINALIDADE	Adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso dos principais portos marítimos, de modo a que comportem operações e manobras da embarcação-tipo, redefinida em função do aumento das dimensões das embarcações, e atender, assim, o crescimento do fluxo de transporte de granéis sólidos e de contêineres.
DESCRIÇÃO	Dragagem para aprofundamento e alargamento do canal de acesso dos portos marítimos considerados prioritários.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Mônica Nunes
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Departamento de Revitalização Portuária e Departamento de Infra-estrutura Portuária
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Coordenar, controlar e administrar as atividades de planejamento de infra-estrutura, em consonância com a política ambiental portuária e implementar as diretrizes, ações e sistemas de gestão ambiental; analisar e subsidiar a aprovação dos planos de outorgas e de delegação, bem como coordenar e avaliar essas atividades inerentes à exploração e prestação de serviços; e coordenar, controlar e supervisionar convênios, processos de contratação e execução de obras e serviços.

O processo de licenciamento ambiental permitiu que a dragagem de aprofundamento nos principais portos brasileiros obtivesse resultados como: a publicação dos editais de Recife/PE, Rio Grande/RS, Santos/SP e Fortaleza/CE; e a conclusão dos Projetos Básicos de Dragagem de Itaguaí – Fase 2/RJ, Aratu/BA, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Suape/PE, Natal/RN, Paranaguá/PR.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	30.000.000,00	1.073.618,10	4
FÍSICA			

AÇÃO 20B9 - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Realizar estudos para o planejamento do Setor Portuário com vistas a orientar seu desenvolvimento.
DESCRIÇÃO	Desenvolvimento de estudos sobre serviços portuários, operação portuária, movimentação de cargas nos portos, infra-estrutura e superestrutura dos portos, análise de desempenho e alternativas de inovação que permitam acompanhar a evolução das atividades portuárias.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Fabiano da Silva Gama
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gabinete do Secretário
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Implementar estudos, projetos e pesquisas necessários à formulação de políticas setoriais e de planejamento estratégico, propondo instrumentos e normas para a sua implementação e integração com outros órgãos governamentais, bem como executar programas de capacitação técnica.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	18.000.000,00	1.094.000,00	6
FÍSICA			

AÇÃO 2C00 - ESTUDOS DE VIABILIDADE E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Realizar estudos de viabilidade de projetos novos e de grande vulto; além de elaborar novos projetos para atender as exigências estabelecidas por lei.
DESCRIÇÃO	Estudo de viabilidade econômica e elaboração de projetos de infra-estrutura de transportes nas áreas de rodovias, ferrovias e aquaviária (pontes, construção, adequação de capacidade, melhoramentos, manutenção de trechos, sinalização e programas especiais).
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Fabiano da Silva Gama

UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gabinete do Secretário
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Implementar estudos, projetos e pesquisas necessários à formulação de políticas setoriais e de planejamento estratégico, propondo instrumentos e normas para a sua implementação e integração com outros órgãos governamentais, bem como executar programas de capacitação técnica.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	6.000.000,00	794.588,06	13
FÍSICA			

AÇÃO 4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
DESCRIÇÃO	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	3412 - Secretaria-Executiva
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Patrícia Ribeiro de Sousa Marques
UNIDADE EXECUTORA	Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Todas áreas da Secretaria Especial de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Gerenciar os assuntos de desenvolvimento organizacional e de administração geral da Secretaria Especial, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	200.000,00	8.074,00	4
FÍSICA			

AÇÃO 4641 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
DESCRIÇÃO	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Coordenação Geral de Gestão Interna
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Coordenação Geral de Gestão Interna
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Exercer as atividades de comunicação social, relativas às realizações da Secretaria Especial.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	310.072,00	0,00	0
FÍSICA			

2.3.3. PROGRAMA 0909 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

TIPO DE PROGRAMA	Operações Especiais
OBJETIVO GERAL	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais
GERENTE DO PROGRAMA	
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

2.3.3.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

AÇÃO 0090 - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ (SP)

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Desobstruir o acesso ao Porto de Santos e eliminar o conflito do tráfego de longo curso com a circulação intraurbana.
DESCRIÇÃO	Construção de avenida com 5 km de extensão, 2 pistas de 10m de largura e 2 viadutos (250m e 350m), transpondo a Av. Santos Dumont e as linhas férreas.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo de Almeida Maia
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

Repasse dos recursos estabelecidos no orçamento em favor da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, a título de Participação da União no Capital da Empresa, para aplicação exclusiva na execução da obra, cuja contratação deverá ser feita segundo a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A implantação da avenida perimetral margem esquerda obteve resultado com a aprovação dos Termos de Referência para a contratação do Projeto Executivo e do Monitoramento Ambiental.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	30.000.000,00	30.000.000,00	100
FÍSICA			

AÇÃO 009R - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CONSTRUÇÃO DO PÍER 400 NO PORTO DE VILA DO CONDE

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Expandir a capacidade de operação no Porto de Vila do Conde.
DESCRIÇÃO	Construção de Píer com dimensões de 254 m de comprimento por 35 m de largura.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

Repasse dos recursos estabelecidos no orçamento em favor da Companhia Docas do Pará - CDP, a título de Participação da União no Capital da Empresa, para aplicação exclusiva na execução da obra, cuja contratação deverá ser feita segundo a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Alteração do escopo da obra: de construção do píer 400 para Ampliação do Pier Principal com dois berços 401 (externo) e 402 (interno), alargamento do berço 302 e duplicação da ponte de acesso. Esta nova definição do escopo teve a publicação do edital de obras no dia 30/12/2008.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	20.000.000,00	0,00	0
FÍSICA			

AÇÃO 009V - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Dotar os portos sob jurisdição da Companhia Docas do Estado de São Paulo de melhores condições de infra-estrutura para atender às demandas interna e externa.
DESCRIÇÃO	Execução de Obras de Adequação de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica e Recuperação da Pavimentação das Vias do Cais do Porto de Santos.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo de Almeida Maia

UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

Repasse dos recursos estabelecidos no orçamento em favor da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, a título de Participação da União no Capital da Empresa.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	9.000.000,00	3.300.000,00	36
FÍSICA			

AÇÃO 09BG - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTOS – NO ESTADO DE SÃO PAULO

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Dotar as instalações portuárias de condições de segurança e prevenção à ameaças de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam as suas atividades.
DESCRIÇÃO	Implantação do sistema de segurança utilizando tecnologias de controle como câmera de vídeo, isolamento físico com muros e cercas, guardas equipados e treinados, sistemas de controle de acesso e troca de informações entre o responsável da instalação portuária e dos navios. A ação ocorrerá nos limites dos portos ou terminais portuários, cais, canais de acesso e bacia de evolução.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo de Almeida Maia
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

Recursos repassados para liquidação de contratos de prestação de serviços de automação e de aquisição de equipamentos de segurança, para implantação do ISPS-Code do Porto de Santos.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	4.000.000,00	4.000.000,00	100
FÍSICA			

AÇÃO 09JC - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Dotar os Portos sob jurisdição da Companhia Docas do Rio Grande do Norte de condições adequadas a fim de agilizar a operação portuária e melhorar o atendimento aos usuários que demandam às instalações Portuárias.
DESCRIÇÃO	Obras de manutenção da infra-estrutura portuária e implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPSCODE) no terminal salineiro de Areia Branca e no porto de Natal.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

A implementação e a fiscalização física financeira será realizada pela para Companhia Docas Rio Grande do Norte - CODERN. A Ação de Participação da União no Capital da CODERN, provê recursos para as seguintes ações do orçamento de investimentos: Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Natal; Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Terminal Salineiro de Areia Branca; Manutenção da Infra-Estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca; Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca; Manutenção da Infra-Estrutura do Porto de Natal.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	18.000.000,00	11.100.000,00	61
FÍSICA			

AÇÃO 09JD - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Dotar os portos do Rio de Janeiro, Sepetiba e Niterói de condições adequadas a fim de agilizar a operação portuária e melhorar o atendimento aos usuários.
DESCRIÇÃO	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS- CODE) nos portos de Sepetiba e Rio de Janeiro e dragagem de aprofundamento no canal de acesso aos portos do Rio de Janeiro e Niterói.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo de Almeida Maia
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

Esta ação provê recursos para as Ações do Orçamento de Investimento da CDRJ listadas a seguir: Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio Ambiente; Implantação do Sistema de Segurança Portuária ISPS - Code no Porto de Itaguaí; Implantação do Sistema de Segurança Portuária ISPS - Code no Porto do Rio de Janeiro; -Implantação do Sistema de Defensas no Porto do Rio de Janeiro; Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto do Rio de Janeiro; Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí; Ampliação da Rede Elétrica no Porto do Rio de Janeiro; Recuperação do Sistema Viário do Porto de Itaguaí; Implementação de Centro Avançado de Controle de Tráfego no porto de Itaguaí; Construção de Complexo Administrativo Portuário no Porto do Rio de Janeiro; Construção de Complexo Administrativo Portuário no Porto de Itaguaí.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	119.000.000,00	107.500.000,00	90
FÍSICA			

AÇÃO OA45 - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICÍPIO DE SANTOS (SP)

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Ordenar a logística interna do Porto, separando fisicamente o trânsito urbano e diminuindo o conflito com as interferências do modal ferroviário na margem direita do Porto de Santos.
DESCRIÇÃO	Construção da Avenida Perimetral, contemplando viadutos, passagem inferior para veículos e passagens inferiores para pedestres, com aproximadamente 7 km de extensão.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo de Almeida Maia
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

A implantação da avenida perimetral no município de Santos, margem direita, dos trechos 2 e 3, extensão de 6,14km, implantação de 1 pontilhão e 2 alças de viaduto obteve os seguintes resultados: a execução de 51% das obras, sendo 37,6% em 2008; obras iniciadas no trecho Outeirinhos-Praça da Santa e no Trecho da Santa ; autorização do IPHAN para a demolição do prédio do Ministério da Agricultura; assinatura de protocolo com a PORTOFER/ALL para o deslocamento das linhas férreas.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	44.500.000,00	3.491.395,00	7
FÍSICA			

AÇÃO 0A86 - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Dotar o porto de Fortaleza de melhor infra-estrutura para atender a demanda interna e externa.
DESCRIÇÃO	Realização de obras para o aprofundamento do cais comercial do porto de Fortaleza, recuperação da infra-estrutura do cais comercial e píer petroleiro, implementação do ISPS-CODE, realização da derrocagem e construção de armazém frigorífico.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

Ação de Participação da União no Capital da CDC, provê recursos para as seguintes ações do orçamento de investimentos: Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Fortaleza; Recuperação de Defensas no Porto de Fortaleza; Recuperação da Infra-Estrutura do Cais Comercial e Pier Petroleiro do Porto de Fortaleza; Derrocagem no Porto de Fortaleza .

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	10.000.000,00	10.000.000,00	100
FÍSICA			

AÇÃO 0A87 - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Dotar os portos de Barra do Riacho e Vitória e o Cais de Capuaba de melhor infra-estrutura portuária.
DESCRIÇÃO	Implementação do acesso rodoferroviário, iluminação e sinalização ao porto de Barra do Riacho, adequar o acesso rodoviário ao cais de capuaba e implementar o sistema de defensas no porto de Vitória.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo de Almeida Maia
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

Esta ação é implementada através da contratação de projetos, obras e serviços segundo a lei 8.666/93. A implementação e a fiscalização física financeira será realizada pela Companhia Docas do Espírito Santo –CODESA.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	15.000.000,00	2.000.000,00	13
FÍSICA			

AÇÃO 0A88 - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Dotar os portos de Salvador, Aratu e Ilhéus de melhores condições de infraestrutura portuária.
DESCRIÇÃO	Realização de dragagem de aprofundamento no cais da ponta sul do porto de Salvador, realização de dragagem de manutenção no porto de Ilhéus, implementação do ISPS-CODE no porto de Salvador e Aratu, instalação de portainer no porto de salvador e realização de obras de contenção do cais da ponta sul do porto de Salvador.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos.
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

Ação de Participação da União no Capital da CODEBA, provê recursos para as seguintes ações do orçamento de investimentos: Construção de Prédio para Controle de Estocagem no Porto de Aratu; Instalação de Portainer no Porto de Salvador; Dragagem de Aprofundamento no Cais da Ponta Sul, no Porto de Salvador; Obras de Contenção no Cais na Ponta Sul no Porto de Salvador; Implantação de Sinalização Visual Planejada do Porto de Aratu; Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Salvador; Obras de Estabilização de Encostas no Porto de Aratu; Instalação de Estação de Tratamento para Resíduos Tóxicos no Porto de Aratu.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	12.000.000,00	6.600.000,00	55
FÍSICA			

AÇÃO 0A90 - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	Dotar os portos sob jurisdição da Companhia Docas do Pará de melhores condições de infra-estrutura para atender a demanda interna e externa.
DESCRIÇÃO	Recuperação dos taludes no porto de Vila do Conde, construção do armazém no porto de Vila do Conde, construção do dolphins de atracação do píer 1 do terminal de Miramar, dragagem dos berços internos 1 e2 do Terminal de Miramar e recuperação do sistema de distribuição de energia elétrica e água potável do terminal de miramar.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos.

ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

Ação de Participação da União no Capital da CDP, provê recursos para as seguintes ações do orçamento de investimentos: Recuperação das Vias do Terminal de Miramar; Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Belém; Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Vila do Conde; Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Santarém; Dragagem de Aprofundamento dos Berços Internos dos Píeres 1 e 2 do Terminal de Miramar; Construção do Pátio de Estocagem do Porto de Santarém; Resgate do Sítio Arqueológico do Porto de Santarém .

Apesar de solicitação do repasse total pela Cia Docas, a falta de disponibilidade orçamentária ocasionou o empenho e repasse de apenas 28% dos recursos.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	6.000.000,00	1.700.000,00	28
FÍSICA			

AÇÃO 0E56 - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM SUBTERRÂNEA ENTRE OS ARMAZÉNS 1 E 2 NO PORTO DE SANTOS/SP

TIPO	Operações Especiais
FINALIDADE	
DESCRIÇÃO	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo de Almeida Maia
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos.
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	15.000.000,00	0,00	0
FÍSICA			

2.3.4. PROGRAMA 1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE

TIPO DE PROGRAMA	Finalístico
OBJETIVO GERAL	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos. Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores
GERENTE DO PROGRAMA	-
GERENTE EXECUTIVO	Jeffrey Rodrigues de Carvalho
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	54844 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Centro-Norte
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins

2.3.4.1. PRINCIPAIS AÇÕES

AÇÃO 1K26 - RECUPERAÇÃO DOS BERÇOS 101 E 102 DO PORTO DE ITAQUI (MA)

TIPO	Projeto
FINALIDADE	Evitar o colapso estrutural do cais e, concomitantemente, aumentar a capacidade operacional portuária do Porto de Itaqui, no Estado de Maranhão.
DESCRIÇÃO	Recuperação do Berço 101 (G15 e G22), incluindo as fases de infra-estrutura, superestruturas, acessórios e complementos do cais, demolição e recomposição da estrutura existente; recuperação do Berço 102 (G2 e G4), com as fases de infra-estrutura, superestrutura, acessórios e complementos do cais, demolição e recomposição da estrutura existente, reforço tratado com "Jet Grouting".
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Alexandre Augusto F. Ferreira Vilaça
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos.
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Elaborar, coordenar, controlar, administrar e desenvolver as atividades de execução de ações e programas de construção, ampliação, recuperação, manutenção e operação da infra-estrutura portuária marítima, por meio de execução direta ou por meio de convênios de descentralização; aprovar planos de trabalho nas obras e serviços, promover a elaboração e a revisão de projetos de engenharia e estabelecer padrões e normas técnicas para controle; e coordenar, controlar e supervisionar convênios, processos de contratação e execução de obras e serviços.

As obras de recuperação dos berços de atracção foram paralisadas, acumulando até o final do exercício a realização de 41,65%.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	13.200.000,00	0,00	0
FÍSICA			

AÇÃO 7F21 - CONSTRUÇÃO DO BERÇO 100, ALARGAMENTO DO CAIS SUL E AMPLIAÇÃO DO PORTO DE ITAQUI (MA)

TIPO	Projeto
FINALIDADE	Dotar o Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, de infra-estrutura operacional para atender à crescente demanda.
DESCRIÇÃO	Construção do berço 100, com 320 m de extensão e 26,10 m de largura, com dique de enrocamento de contenção da retroárea. Alargamento do cais sul (trecho de cais) para manter a mesma largura do berço 100.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Alexandre Augusto F. Ferreira Vilaça
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos.
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Elaborar, coordenar, controlar, administrar e desenvolver as atividades de execução de ações e programas de construção, ampliação, recuperação, manutenção e operação da infra-estrutura portuária marítima, por meio de execução direta ou por meio de convênios de descentralização; aprovar planos de trabalho nas obras e serviços, promover a elaboração e a revisão de projetos de engenharia e estabelecer padrões e normas técnicas para controle; e coordenar, controlar e supervisionar convênios, processos de contratação e execução de obras e serviços.

A execução das obras foram paralisadas devida a entrada junto ao TCU, resultando em um índice acumulado de 11,5 de execução física.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	33.000.000,00	0,00	0
FÍSICA			

2.3.5. PROGRAMA 1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL

TIPO DE PROGRAMA	Finalístico
OBJETIVO GERAL	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores
GERENTE DO PROGRAMA	
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	702 - Companhias Doca do Estado da Bahia
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Nordeste Setentrional
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

2.3.5.1 PRINCIPAIS AÇÕES

AÇÃO 5689 - RECUPERAÇÃO DE MOLHES DE PROTEÇÃO NO PORTO DE MACEIÓ (AL)

TIPO	Projeto
FINALIDADE	Manter as instalações em condições de uso, proporcionando acesso aquaviário com condições de segurança para a entrada e saída de embarcações, considerando que a estrutura do molhe encontra-se danificada pela ação das ondas, colocando em risco o acesso ao porto.
DESCRIÇÃO	Recomposição de estrutura de contenção do terrapleno do cais geral e seu enroscamento de proteção, com cerca de 400 m de extensão.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	54844 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Alexandre Augusto F. Ferreira Vilaça
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos.
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Elaborar, coordenar, controlar, administrar e desenvolver as atividades de execução de ações e programas de construção, ampliação, recuperação, manutenção e operação da infra-estrutura portuária marítima, por meio de execução direta ou por meio de convênios de descentralização; aprovar planos de trabalho nas obras e serviços, promover a elaboração e a revisão de projetos de engenharia e estabelecer padrões e normas técnicas para controle; e coordenar, controlar e supervisionar convênios, processos de contratação e execução de obras e serviços.

Foi remanejado R\$ 8.000.000,00 para a Construção do Cais para Contêineres no Porto de Maceió (AL). Não houve execução física ou financeira em 2008.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	100.000,00	0,00	0
FÍSICA			

AÇÃO 5597 – CONSTRUÇÃO DE CAIS PARA CONTÊINERES NO PORTO DE MACEIÓ (AL)

TIPO	Projeto
FINALIDADE	Atender ao fluxo crescente de navios, adequando a infra-estrutura do Porto de Maceió ao aumento da demanda por serviços portuários e carga containerizada.
DESCRIÇÃO	Construção de 407,6 m de cais de múltiplo uso, dos quais 80,6 m expandem o Cais Geral e o restante, estabelece a ligação entre ele e o Cais do Terminal Açucareiro.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Alexandre Augusto F. Ferreira Vilaça
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos.
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Elaborar, coordenar, controlar, administrar e desenvolver as atividades de execução de ações e programas de construção, ampliação, recuperação, manutenção e operação da infra-estrutura portuária marítima, por meio de execução direta ou por meio de convênios de descentralização; aprovar planos de trabalho nas obras e serviços, promover a elaboração e a revisão de projetos de engenharia e estabelecer padrões e normas técnicas para controle; e coordenar, controlar e supervisionar convênios, processos de contratação e execução de obras e serviços.

Resultados: Cravação das 403 estacas de carga concluída em 30/12/2008 (100%), e a confecção de 340 estacas pranchas até 30/12/2008 (52%).

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	21.500.000,00	10.155.136,54	47
FÍSICA			

2.3.6. 1462 - VETOR LOGÍSTICO SUL

TIPO DE PROGRAMA	Finalístico
OBJETIVO GERAL	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores
GERENTE DO PROGRAMA	
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	54844 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Sul
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Usuários de transporte nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul

2.3.6.1 PRINCIPAIS AÇÕES

AÇÃO 10NP - CONSTRUÇÃO DO BERÇO 401-A NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL (SC)

TIPO	Projeto
FINALIDADE	Dotar o porto de São Francisco do Sul de um novo berço para atendimento à demanda de movimentação de produtos siderúrgicos.
DESCRIÇÃO	Construção do berço 401-A, incluindo acesso rodoviário conforme PDZ do Porto de São Francisco do Sul.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Paulo Roberto Kozlowski Tannenbaum
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Elaborar, coordenar, controlar, administrar e desenvolver as atividades de execução de ações e programas de construção, ampliação, recuperação, manutenção e operação da infra-estrutura portuária marítima, por meio de execução direta ou por meio de convênios de descentralização; aprovar planos de trabalho nas obras e serviços, promover a elaboração e a revisão de projetos de engenharia e estabelecer padrões e normas técnicas para controle; e coordenar, controlar e supervisionar convênios, processos de contratação e execução de obras e serviços.

Recursos não empenhados por falta de licença ambiental para celebração de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina/Administração do Porto de São Francisco do Sul.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	10.000.000,00	0,00	0
FÍSICA			

AÇÃO 120B – RECONSTRUÇÃO EMERGENCIAL DO PORTO DE ITAJAÍ/SC

TIPO	Projeto
FINALIDADE	
DESCRIÇÃO	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADE EXECUTORA	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

No desastre ocorrido no município de Itajaí – Santa Catarina, foram comprometidos estruturalmente 740m de cais e destruída a área retroportuária do porto público, impedindo assim o escoamento de toda a carga containerizada de alto valor agregado (carga frigorificada e produtos cerâmicos), totalizando uma perda diária da ordem R\$ 35.000.000,00 (Trinta e cinco milhões de reais).

Ação Emergencial: Medida Provisória publicada no dia 26nov/2008, no valor de R\$ 350,0 milhões para recuperação das instalações de acostagem, área retroportuária e realização de obras de contenção no Rio Itajaí-Açu (espigões e molhes).

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	350.000.000,00	17.542.081,46	5
FÍSICA			

AÇÃO 111F - AMPLIAÇÃO DE MOLHES DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE RIO GRANDE (RS)

TIPO	Projeto
FINALIDADE	Melhorar as condições de estocagem portuária, além de restaurar a capacidade de navegação de embarcações de maior porte.
DESCRIÇÃO	Execução de novo traçado do canal e ampliação de seus molhes, que compreende os serviços de prolongamento de 370 m e 700 m, com lançamento de 1.069.094 m3 de rochas e colocação de 5.452 tetrápodes de 8 ton e 6.078 tetrápodes de 12,5 ton.
UNIDADES RESPONSÁVEIS PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos.
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Alexandre Augusto F. Ferreira Vilaça
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos.
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Elaborar, coordenar, controlar, administrar e desenvolver as atividades de execução de ações e programas de construção, ampliação, recuperação, manutenção e operação da infra-estrutura portuária marítima, por meio de execução direta ou por meio de convênios de descentralização; aprovar planos de trabalho nas obras e serviços, promover a elaboração e a revisão de projetos de engenharia e estabelecer padrões e normas técnicas para controle; e coordenar, controlar e supervisionar convênios, processos de contratação e execução de obras e serviços.
---	---

A execução das obras de prolongamento dos molhes do Porto de Rio Grande, obteve o índice de execução de 70,5% de obras em andamento, sendo 30,8% no exercício de 2008.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	92.096.855,00	43.991.716,26	47
FÍSICA			30,8

AÇÃO 11XC - RECUPERAÇÃO DO MOLHE DE ABRIGO DO PORTO DE IMBITUBA/SC

TIPO	Projeto
FINALIDADE	Manter as instalações em condições de uso, proporcionando acesso aquaviário com condições de segurança para a entrada e saída de embarcações, considerando que a estrutura do molhe se encontra danificada, comprometendo, inclusive, a capacidade de movimentação de cargas.
DESCRIÇÃO	Recuperação estrutural do molhe de abrigo.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	20128 - Secretaria Especial de Portos
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Paulo Roberto Kozlowski Tannenbaum
UNIDADE EXECUTORA	20128 - Secretaria Especial de Portos
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	Subsecretaria de Portos
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Elaborar, coordenar, controlar, administrar e desenvolver as atividades de execução de ações e programas de construção, ampliação, recuperação, manutenção e operação da infra-estrutura portuária marítima, por meio de execução direta ou por meio de convênios de descentralização; aprovar planos de trabalho nas obras e serviços, promover a elaboração e a revisão de projetos de engenharia e estabelecer padrões e normas técnicas para controle; e coordenar, controlar e supervisionar convênios, processos de contratação e execução de obras e serviços.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	22.500.000,00	0,00	0
FÍSICA			

2.7. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Secretaria Especial de Portos, em atendimento ao determinado pelo art. 2º do Decreto n.º 6.413 de 25/03/2008 iniciou em 2008 a implantação do Programa de Gestão Portuária por Resultados - GPPR, em todas as sete companhias Docas vinculadas. Por meio da Portaria n.º. 214 de 11/09/2008, a SEP definiu a reestruturação empresarial das companhias Docas e a implantação de diversos projetos de modernização da gestão, além de um conjunto de indicadores de desempenho, de forma a se acompanhar fiel e tempestivamente a gestão destas entidades. A GPPR contempla a implantação de diversas iniciativas, cabendo mencionar:

- Planejamento Estratégico e *Balanced Scorecard*;
- Estruturação de Plano de Cargos e Salários;
- Melhoria de Processos na Área Financeira;
- Implantação e Sistema de Custos com base em Atividades (Custeio ABC);
- Estruturação de um Plano de Avaliação de Desempenho;
- Implantação de Sistema de Qualidade;
- Implantação de Sistema de Gestão Ambiental;
- Implantação de Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;
- Implantação de Sistema de Gestão de Segurança da Informação;
- Programa de Participação dos Empregados nos Lucros e resultados
- Estruturação de um Contrato de Gestão.

No exercício de 2008, devido à indisponibilidade de recursos orçamentários, não foi possível a SEP alcançar metas que se referiam a apresentação de Indicadores de Avaliação de Desempenho, conforme previsto na Portaria n.º 214. A SEP encontra-se na eminência de formalização de termo de cooperação com o SENAI, Departamento Regional de Santa Catarina, entidade sem fins lucrativos com *expertise* na área da gestão portuária, enquanto tais recursos não são alocados, estão sendo desenvolvidas iniciativas que independem da execução do referido convênio, tal como a compreensão dos procedimentos para a implantação de uma remuneração dos empregados com base nos lucros ou resultados (PLR) a partir de orientações do Departamento de Acompanhamento das Empresas Estatais (DEST), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), além das remessas iniciais dos indicadores de avaliação de desempenho definidos por meio da portaria n.º. 214, dentre outros. Os indicadores de avaliação de desempenho que deverão ser remetidos por todas as Companhias Docas vinculadas a partir do exercício de 2009, são os seguintes:

GESTÃO PORTUÁRIA POR RESULTADOS: FASE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nº	Dimensão/Indicador	Unidade	Fórmula
ECONÔMICO-FINANCEIRA			
1	Receita Por Empregado	R\$ Mil/Empregado	$\frac{\text{Receita Operacional Líquida}}{\text{Nº de empregados: Próprios e Próprios + Terceirizados}}$
2	Receita por Metro Quadrado	R\$ Mil/M2	$\frac{\text{Receita Operacional Líquida}}{\text{Área Operacional: Pátios, Armazens e Arruamentos}}$
3	Despesa por Metro Quadrado	R\$ Mil/M2	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Área Operacional em m2}}$
4	Comprometimento das Despesas Operacionais	% da ROL	$(\text{Despesa Operacional} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$
5	Comprometimento das Despesas com Pessoal	% da ROL	$(\text{Despesa com Pessoal e Encargos} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$ Despesas com Pessoal: Próprios e Próprios + Terceirizados
6	Retorno s/Patrim. Líquido	%	$(\text{Lucro Líquido Contábil} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$
7	Execução Orçamento de Investimentos	%	$(\text{Valor Previsto até o mês Orç. Invest.} / \text{Valor Real. até o mês Orç. Invst}) \times 100$
8	Inadimplência: Das Contas a Pagar Das Contas a Receber	% da ROL % da ROL	$(\text{Valores Vencidos} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$ $(\text{Valores Vencidos} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$
9	Subsídios Cruzados nas Tarifas Portuárias:		
	Cobertura da Tabela 1	% da T1	$[(\text{Custos e Despesas Tabela 1} / \text{Receita Tabela 1}) - 1] \times 100$
	Cobertura da Tabela 2	% da T2	$[(\text{Custos e Despesas Tabela 2} / \text{Receita Tabela 2}) - 1] \times 100$
	Cobertura da Tabela 3	% da T3	$[(\text{Custos e Despesas Tabela 3} / \text{Receita Tabela 3}) - 1] \times 100$
	Cobertura da Tabela N	% da TN	$[(\text{Custos e Despesas Tabela N} / \text{Receita Tabela N}) - 1] \times 100$
10	Margem EBITDA	%	$(\text{EBITDA} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$ EBITDA = Lucro Operacional Contábil - Resultado Financeiro + Depreciação/Amortização

ROL = Receita Operacional Líquida

GESTÃO PORTUÁRIA POR RESULTADOS: FASE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nº	Dimensão/Indicador	Unidade	Fórmula
	OPERACIONAL		
11	Taxa Média de Ocupação dos Berços	%	$(\text{Tempo Total Atracado} / \text{Tempo Total Disponível}) \times 100$
	Berço 1	%	$(\text{Tempo Total Atracado} / \text{Tempo Total Disponível}) \times 100$
	Berço 2	%	$(\text{Tempo Total Atracado} / \text{Tempo Total Disponível}) \times 100$
	...		
	Berço N	%	$(\text{Tempo Total Atracado} / \text{Tempo Total Disponível}) \times 100$
12	Tempo Médio de Espera Navio	Horas, Mins	Tempo Espera de Atracação dos Navios/Quantidade de Atracações
13	Tempo Médio de Permanência do Navio	Horas, Mins	Tempo Total entre Entrada e Saída de Navios/Nº de Navios
14	Evolução Carga Movimentada	%	$(\text{Tons. Moviment. Período Atual} / \text{Tons. Moviment. Período Anterior}) \times 100$
	Carga Geral:	%	$(\text{Tons. Moviment. Período Atual} / \text{Tons. Moviment. Período Anterior}) \times 100$
	Solta	%	$(\text{Tons. Moviment. Período Atual} / \text{Tons. Moviment. Período Anterior}) \times 100$
	Containerizada	%	$(\text{Tons. Moviment. Período Atual} / \text{Tons. Moviment. Período Anterior}) \times 100$
	Granéis Líquidos	%	$(\text{Tons. Moviment. Período Atual} / \text{Tons. Moviment. Período Anterior}) \times 100$
	Granéis Sólidos	%	$(\text{Tons. Moviment. Período Atual} / \text{Tons. Moviment. Período Anterior}) \times 100$
15	Evolução Nº de Atracações	%	$(\text{Nº Atracações Período Atual} / \text{Nº Atracações Período Anterior}) \times 100$
16	Consignação Média	Toneladas/Navio	Toneladas Movimentadas/Quantidade de Atracações
	Carga Geral	Toneladas/Navio	Toneladas Movimentada/Quantidade de Atracações
	Granéis Líquidos	Toneladas/Navio	Toneladas Movimentada/Quantidade de Atracações
	Granéis Sólidos	Toneladas/Navio	Toneladas Movimentadas/Quantidade de Atracações
17	Índice IALA - Eficácia da Sinalização Náutica	%	$(\text{Tempo de Operação Correta da Sinalização} / \text{Tempo Total de Operação Correta Desejável}) \times 100$
	INTERMODAL		
18	Tempo Médio de Permanência de Vagões no Porto	Horas, Minutos	Tempo Total entre a Entrada e Saída de Vagões/ Nº de Vagões
19	Tempo Médio de Permanência de Caminhões no Porto	Horas, Minutos	Tempo Total entre a Entrada e Saída de Caminhões/ Nº de Caminhões

GESTÃO PORTUÁRIA POR RESULTADOS: FASE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nº	Dimensão/Indicador	Unidade	Fórmula
ADMINISTRATIVA			
20	Assiduidade	% Horas Trab s/Previstas	$(\text{N}^\circ \text{ de Horas Trabalhadas} / \text{N}^\circ \text{ de Horas de Trabalho Previstas}) \times 100$
21	Otimização de Hora-extra	% da Folha	$(\text{Dispêndio Total com Hora-extra} / \text{Dispêndio Total da Folha}) \times 100$
22	Acidentes de Trabalho	% Acidentados s/Total	$(\text{Total de Trabalhadores Acidentados} / \text{Total de Trabalhadores}) \times 100$
23	Acidentes de Trabalho Fatais	% Óbitos s/Acidentados	$(\text{N}^\circ \text{ de Óbitos} / \text{Total de Trabalhadores Acidentados}) \times 100$
24	Qualidade do Faturamento	% Faturas c/erro s/Total	$(\text{N}^\circ \text{ Faturas Emitidas com Erro} / \text{N}^\circ \text{ de Faturas Emitidas}) \times 100$
COMERCIAL			
25	Valor do Comércio Internacional	US\$	$(\text{Total de Importações US\$} + \text{Total de Exportações US\$})$
26	Valor Agregado das Mercadorias	US\$/tonelada	$(\text{Total de Importações US\$} + \text{Total de Exportações US\$}) / \text{Ton. Movimentadas}$
	Carga Geral:	US\$/tonelada	$(\text{Total de Importações US\$} + \text{Total de Exportações US\$}) / \text{Ton. Movimentadas}$
	Solta	US\$/tonelada	$(\text{Total de Importações US\$} + \text{Total de Exportações US\$}) / \text{Ton. Movimentadas}$
	Conteinerizada	US\$/tonelada	$(\text{Total de Importações US\$} + \text{Total de Exportações US\$}) / \text{Ton. Movimentadas}$
	Granéis Líquidos	US\$/tonelada	$(\text{Total de Importações US\$} + \text{Total de Exportações US\$}) / \text{Ton. Movimentadas}$
	Granéis Sólidos	US\$/tonelada	$(\text{Total de Importações US\$} + \text{Total de Exportações US\$}) / \text{Ton. Movimentadas}$
SEGURANÇA			
27	Evol. Ocorrências Roubos e Furtos	% s/Ano anterior	$(\text{N}^\circ \text{ Ocorrências Período Atual} / \text{N}^\circ \text{ Ocorrências Período Anterior}) \times 100$
MEIO AMBIENTE			
28	Implantação SIGA*	% Realizado s/Previsto	$[\text{Valor Serviços Realizados (Medidos) até o período} / \text{Valor Serviços Previstos (a serem Medidos) até o período}] \times 100$
DRAGAGEM			
29	Dragagem por Resultados	% Realizado s/Previsto	$[\text{Valor Serviços Realizado (Medidos) até o período} / \text{Valor Serviços Previstos (a serem medidos) até o período}] \times 100$
INSTITUCIONAL			
30	Tempo Resposta às Reclamações e Solicitações	Dias	Nº de Dias para Resposta às Reclamações dos Usuários-Sociedade

* Sistema Integrado de Gestão Ambiental: Meio Ambiente (ISO 14000); Qualidade Total (ISO 9000); Saúde e Segurança Ocupacional (BS 8800)

GESTÃO PORTUÁRIA POR RESULTADOS: FASE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO			
Nº	Dimensão/Indicador	Unidade	Fórmula
	LOGÍSTICA		
31	Efetividade/Eficiência no Desembaraço		
32	Qualidade da Infra-estrutura		
33	Oferta de Transporte Razoável		
34	Profissionalismo Logístico Local		
35	Rastreabilidade Internacional das Cargas		
36	Custos Logísticos Locais		
37	Cumprimento de Prazos		

*Indicadores a serem apurados a partir de pesquisa de opinião

A implantação desse conjunto de indicadores deverá refletir o Planejamento Estratégico das Companhias Docas vinculadas à SEP, permitindo a definição de metas a partir do histórico das entidades numa primeira fase, e num segundo momento, se possível, a partir da definição de *benchmarks* setoriais. O alcance dessas metas para cada exercício definirá compromissos dos gestores, que poderão estar refletidos em contratos de gestão. O cumprimento desses compromissos poderá redundar na melhoria da remuneração dos empregados a partir dos resultados alcançados e na concessão de maior autonomia de gestão das Companhias Docas vinculadas, obedecidas as determinações legais.

2.7.1 EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	---	74.733,37	965.447,28
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	---	---	348.000,00
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	---	---	---
3.1. PUBLICIDADE.	---	---	17.033,06
3.2. VIGILÂNCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.	---	---	---
3.3. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	---	---	---
3.4. OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES.	---	---	---
3.5. SUPRIMENTO DE FUNDOS.	---	---	---
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	---	---	280,15
TOTAIS	---	74.733,37	1.330.760,49

O montante demonstrado como aplicação em publicidade no exercício de 2008, refere-se a pagamento a Imprensa Nacional a título de publicação de matérias no Diário Oficial da União.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não aplicável.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	INSCRITOS	CANC.	PAGOS	A PAGAR	INSCRITOS	CANC.	PAGOS	A PAGAR
2007	3.241.311	---	---	3.247.311	97.301.218	---	52.909.831	25.921.103
2008	164.321.188	---	50.528.697	113.792.491	241.094.567	8.541.238	143.400.026	3.000.957
TOTAL	167.562.499	---	50.528.697	117.039.802	338.395.785	8.541.238	196.309.857	28.922.060

5. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não aplicável.

6. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não aplicável.

7. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIA (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

TIPO	CÓDIGO SIAFI/SIASG	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL OU DE ADITIVOS (Nº DO PROCESSO E DO TERMO, DATA ASSINATURA, VIGÊNCIA ETC)	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL RECEBIDO OU TRANSFERIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAPARTIDA	BENEFICIÁRIO (RAZÃO SOCIAL E CNPJ)	SITUAÇÃO DA AVENÇA (ALCANCE DE OBJETIVOS E METAS, PRESTAÇÃO DE CONTAS, SINDICÂNCIA, TCE S/N?) **
1	590520	Processo: 00045.000287/2007-36 Convênio: nº DNIT/AQ/0268/2006 Assinatura: 29/12/2006 3º Termo Aditivo Assinatura: 01/09/2008 Vigência: 3/12/2008	Execução da 2ª fase de obras de construção do cais para contêineres no Porto de Maceió/AL.	23/02/2007	20.438.375,37	3.438.375,37	-	Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN CNPJ: 34.040.345/0001-90	100% concluído
1	633918	Processo: 00045.001263/2008-85 Convênio: nº SEP/001/2008 Assinatura: 01/09/2008 Vigência: 31/12/2009	Execução da 3ª fase de obras de construção do cais para contêineres no Porto de Maceió/AL.	24/09/2008	36.671.922,89	6.716.761,17	-	Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN CNPJ: 34.040.345/0001-90	9,12%
1	494550	Processo: 00045.000119/2007-41 Convênio: nº DNIT/AQ/0173/2003 Assinatura: 09/12/2003 2º Termo Aditivo Assinatura: 19/12/2007 Vigência: 28/02/2009	Execução das Obras de Ampliação e Melhoramento da Infraestrutura Portuária do Porto de Itaqui/MA.	12/12/003	200.905.488,35	10.968.691,71	360.089,65 (no exercício 2008)	Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP CNPJ: 03.650.060/0001-48	Recuperação dos Berços 101 e 102 e Construção da Retroárea dos Berços 100 e 101 do Porto do Itaqui/MA: paralisada com 41,6% de execução física. Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Ampliação do Porto do Itaqui/MA: paralisada com 11,5% de execução física.
1	588697	Processo: 00045.000082/2007-51 Convênio: nº DNIT/AQ/0279/2006 Assinatura: 29/12/2006 3º Termo Aditivo Assinatura: 29/08/2008 Vigência: 30/04/2009	Execução da 2ª e 3ª fases de Dragagem e Melhoramento da Infraestrutura do Porto de Suape.	22/01/2007	82.769.001,84	43.500.000,00	5.111.961,24 (no exercício 2008)	Administração do Porto de Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros CNPJ: 11.448.933/0001-62	Paralisada com 43,3% de execução, porém o projeto está sendo reestruturado. Enviadas Prestações de Contas de Janeiro a Dezembro de 2007, em análise no Departamento. Aguardando publicação de novo edital pelo Porto de SUAPE.

TIPO	CÓDIGO SIAFI/SIASG	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL OU DE ADITIVOS (Nº DO PROCESSO E DO TERMO, DATA ASSINATURA, VIGÊNCIA ETC)	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL RECEBIDO OU TRANSFERIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAPARTIDA	BENEFICIÁRIO (RAZÃO SOCIAL E CNPJ)	SITUAÇÃO DA AVENÇA (ALCANÇE DE OBJETIVOS E METAS, PRESTAÇÃO DE CONTAS, SINDICÂNCIA, TCE S/N?) **
1	134210	Processo: 00045.000118/2007-04 Convênio: nº 008/1995-MT Assinatura: 20/11/1995 23º Termo Aditivo Assinatura: 31/12/2008 Vigência: 31/12/2009	Execução das obras de dragagem no Porto de Suape.	-	465.971.668,21	41.776.031,00	33.027.150,24 (no exercício 2008)	Governo do Estado de Pernambuco CNPJ: 10.571.982/0001-25	Existem obras já concluídas pelo MT e DNIT, e obras a serem licitadas. PC enviadas até jun/07 e aprovadas. Adaptação Estrutural, recuperação e Manutenção do Pier de Granéis Líquidos (PGL-1): Em andamento com 56,31% de execução. Duplicação Tronco Distribuidor Rodoviário – Sul (TDR – SUL): Em andamento com 67,0% de execução. Dragagem, Aterro Hidráulico e Construção de Cais de 330 metros (Cais 5): Em andamento com 86,33% de execução da Dragagem e 42,78% da construção do Cais.
1	553988	Processo: 00045.000286/2007-91 Convênio: nº DNIT/AQ/0123/2005 Assinatura: 22/12/2005 3º Termo Aditivo Assinatura: 31/01/2009 Vigência: 01/04/2009	Execução de obras/serviços de melhoria na infra-estrutura terrestre e aquaviária do Porto de Recife/PE.	30/12/2005	15.025.271,22	-	194.000,00 (no exercício 2008)	Porto do Recife S.A CNPJ: 04.417.870/0001-11	Enviadas Prestações de Contas de Dezembro de 2005 a Novembro de 2007, em análise no Departamento.
8	-	Processo: 00045.001805/2008-10 Destaque Orçamentário ao Ministério da Defesa Data: 07/11/2008	Obras de reforço do berço 101-A no Porto de São Francisco do Sul/SC	-	18.000.000,00	18.000.000,00	-	10º Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro.	Início das obras previsto para a segunda quinzena do mês de fevereiro de 2009.

TIPO	CÓDIGO SIAFI/SIASG	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL OU DE ADITIVOS (Nº DO PROCESSO E DO TERMO, DATA ASSINATURA, VIGÊNCIA ETC)	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL RECEBIDO OU TRANSFERIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAPARTIDA	BENEFICIÁRIO (RAZÃO SOCIAL E CNPJ)	SITUAÇÃO DA AVENÇA (ALCANCE DE OBJETIVOS E METAS, PRESTAÇÃO DE CONTAS, SINDICÂNCIA, TCE S/N?) **
1	136055	Processo: 00045.000278/2008-26 Convênio: nº 011/1995-MT Assinatura: 22/12/1995 17º Termo Aditivo Assinatura: 29/07/2005 Vigência: 31/07/2008	Apoio técnico e financeiro do Ministério ao Estado por intermédio da Secretaria dos Transportes, Energia, Comunicações e Obras do Estado do Ceará - SETECO, para a implementação das ações voltadas para a viabilização do Complexo Portuário do Porto de Pecém.	28/12/1995	628.564.230,00	-	-	Governo do Estado do Ceará CNPJ: 10.571.982/0001-25	Convênio com vigência expirada, com valores a liberar. O Porto não demonstrou interesse em prorrogar o prazo do convênio. Enviadas Prestações de Contas de Julho de 2002 a Dezembro de 2007, em análise no Departamento.
1	433350	Processo: 00045.000263/2007-87 Convênio: nº 043/2001-MT Assinatura: 28/12/2001 4º Termo Aditivo Assinatura: 30/11/2007 Vigência: 31/12/2008	Apoio financeiro do Ministério à Secretaria dos Transportes e Obras do Estado de Santa Catarina, na execução das obras de Melhoramento e Ampliação da Infraestrutura do Porto de São Francisco – APSFS.	-	107.304.650,91	3.241.311,00	319.610,76	Secretaria de Transportes e Obras do Estado de Santa Catarina CNPJ: 82.951.344/0001-40	Convênio com vigência expirada, com valores a liberar. Por decisão da SEP/PR, o objeto do Convênio foi executado parcialmente. Enviadas Prestação de Contas Final, em análise no Departamento.
8	-	Processo: 00001.008418/2007-30 Destaque Orçamentário ao Ministério da Defesa – R\$ 6.000.000,00 Data : 04/11/2008 Processo: 00001.008418/2007-30 Destaque Orçamentário ao Ministério da Defesa – R\$ 5.475.000,00 Data : 30/12/2008 Processo: 00001.008418/2007-30 Destaque Orçamentário ao Ministério da Defesa – R\$ 4.000.000,00 Data : 31/12/2008	Recuperação do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba/SC, entre as seções 8 a 36 e 67 a 87.	-	40.500.000,00	15.475.000,00	-	10º Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro	Execução da obra de recuperação emergencial do molhe de abrigo até a seção 21, iniciada em 2007 e com conclusão prevista para o mês de maio de 2010.

TIPO	CÓDIGO SIAFI/SIASG	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL OU DE ADITIVOS (Nº DO PROCESSO E DO TERMO, DATA ASSINATURA, VIGÊNCIA ETC)	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL RECEBIDO OU TRANSFERIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAPARTIDA	BENEFICIÁRIO (RAZÃO SOCIAL E CNPJ)	SITUAÇÃO DA AVENÇA (ALCANCE DE OBJETIVOS E METAS, PRESTAÇÃO DE CONTAS, SINDICÂNCIA, TCE S/N?) **
8		Processo 00045.000756/2008-06 Destaque Orçamentário ao Ministério da Defesa Data : 14/05/08	Apoio técnico ao programa nacional de dragagem		4.653.953,24	2.327.000,00	-	Ministério da Defesa	Em execução
8		Processo 00045.002183/2008-47 Destaque Orçamentário ao Ministério da Defesa – R\$ 2.660.710,11 Data : 24/10/08	Serviços de natureza científico-tecnológica de assessoramento a elaboração de estudos e pesquisas.			2.660.710,11	-	Ministério da Defesa	Em execução
1	640244	Processo 00045.002982/2008-13 Companhia Docas do Ceará – CDC Data: 31/12/2008	Construção e implantação de um Centro Vocacional Tecnológico na Companhia Docas do Ceará	07/01/09	1.753.000,00	1.753.000,00	502.970,00	Companhia Docas do Ceará - CDC	Início das obras previsto para a segunda quinzena do mês de março de 2009.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não aplicável.

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não aplicável.

10. OPERAÇÃO DE FUNDOS

Não aplicável.

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

O cartão de crédito corporativo somente foi utilizado em 28/01/08, no valor de R\$ 280,15 (duzentos e oitenta reais e quinze centavos), do qual o saldo de R\$ 15,00 (quinze reais), após glosa, foi posteriormente recolhido à União, por meio de Guia de Recolhimento da União. Informe que não houve utilização do cartão nos exercícios anteriores.

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Recomendação realizada pela Nota Técnica (MT) n.º 07/2008 COAUD/CISET/CC-PR quanto ao Processo n.º 00045.000696/2007-32, convênio firmado com o Governo do Estado do Piauí para a execução dos serviços e obras de retomada da construção do Porto de Luis Correia, foi devidamente alcançada conforme a contestação realizada pela Técnica (MT) n.º 10/2008 COAUD/CISET/CC-PR.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

13.1.1) Nº da Decisão ou do Acórdão: Acórdão nº 1372/2007;

13.1.2) Descrição da determinação ou da recomendação:

13.1.2.1) Determinar à Diretoria de Administração e Finanças do DNIT, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/92 c/c o art. 250, inciso II, do RI/TCU, e sob pena de aplicação das sanções previstas em lei, que passe a exigir da Emap o envio de prestação de contas mensal dos recursos do Convênio DNIT/AQ 173/2003, em estrito cumprimento ao que dispõe a Cláusula Quarta desse instrumento de ajuste e sob pena de suspensão dos repasses de recursos do ajuste, na hipótese de não apresentação;

13.1.3) Setor responsável pela implementação: Subsecretaria de Portos

13.1.4) Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): O envio das Prestações de Contas do Convênio DNIT/AQ/173/2003 foi normalizado pela EMAP.

13.2.1) Acórdão nº 2875/2008;

13.2.2) Descrição da determinação ou da recomendação:

13.2.2.1) determinar à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, que:

13.2.2.1.1) se assegure de que os valores de R\$ 394,17, R\$ 34.048,47 e R\$ 4.376,85, debitados à conta específica do Convênio DNIT/AQ nº 173/2003 nas datas respectivas de 19/4/2004, 18/8/2004 e 24/12/2004, não sejam considerados como gastos de contrapartida realizados pela Emap e, portanto, não integrem a prestação de contas do convênio;

13.2.2.1.2) em razão de sua condição de atual Órgão concedente dos recursos do Convênio DNIT/AQ 173/2003 e da controvérsia gerada entre a Caixa Econômica Federal e a Empresa Maranhense de Administração Portuária - Emap sobre a incidência ou não de CPMF sobre os recursos federais movimentados na conta específica do convênio, aberta sob a titularidade daquela estatal maranhense, conforme relatado no Acórdão 1.895/2007-P:

13.2.2.1.2.1) formule consulta acerca da interpretação da legislação tributária que trata da isenção desse tributo junto à Receita Federal do Brasil, de modo a suscitar daquele Órgão manifestação conclusiva sobre a hipótese de incidência da contribuição sobre os recursos federais transferidos mediante convênio, especialmente, sobre a movimentação desses em conta bancária específica de titularidade de empresa pública, tal como ocorreu com a conta bancária gerida pela Emap para a execução das obras do Porto do Itaqui/MA; e

13.2.2.1.2.2) caso haja manifestação da autoridade tributária competente favorável à não incidência do tributo na conta específica do convênio, gerida pela Emap, adote as providências necessárias junto a essa empresa e à Caixa Econômica Federal com vistas à devolução à conta do convênio dos valores retidos indevidamente pela instituição financeira até a data de extinção do tributo, e, caso contrário, reveja as cláusulas do convênio de modo a indicar expressamente a responsabilidade pelo ônus decorrente da incidência do tributo sobre a movimentação de recursos, bem como se este deverá integrar ou não a prestação de contas do convênio;

13.2.2.1.3) dê ciência a este Tribunal das providências adotadas em cumprimento ao subitem 9.15.2 retro e sobre seus eventuais resultados, ainda que parciais, no prazo de noventa dias, contados da ciência deste acórdão;

13.2.3) Setor responsável pela implementação: Subsecretaria de Portos

13.2.4) Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento):

13.2.4.1) Em resposta ao item 13.2.2.1.1: as Prestações de Contas que contemplam os citados saques encontra-se em análise na Secretaria Especial de Portos e os valores não serão considerados como gastos de contrapartida;

13.2.4.2) Em resposta ao item 13.2.2.1.2.1: consulta não formulada à Receita Federal do Brasil;

13.2.4.3) Em resposta ao item 13.2.2.1.2.2: Idem ao item anterior.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC - QUANTIDADE
ADMISSÃO (*)	121	-
DESLIGAMENTO	19	-

(*) Consideramos as datas da posse e exercício.

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Não houve instauração de TCE

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESCRIÇÃO	2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
OCUPANTES DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA, SEM VÍNCULO (*)	28	-	48	-
PESSOAL REQUISITADO EM EXERCÍCIO NA UNIDADE, COM ÔNUS	1	-	3	-
PESSOAL REQUISITADO EM EXERCÍCIO NA UNIDADE, SEM ÔNUS	47	-	71	-
TOTAL DO PESSOAL REQUISITADO, EM EXERCÍCIO NA UNIDADE	76	-	122	-

(*) Consideramos os cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS

Não foi possível classificar as demais despesas com pessoal devido de pagamento da SEP está em conjunto com a folha da Casa Civil da Presidência da República.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Não há.

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não aplicável.